



CURSO DE PORTUGUÊS AVANÇADO COM ÊNFASE EM LINGUAGEM JURÍDICA

1 JUSTIFICATIVA

O Curso de Português Avançado com Ênfase em Linguagem Jurídica, na modalidade a distância, tem por finalidade atender a necessidade constante de aperfeiçoamento e atualização dos servidores do Poder Judiciário Catarinense na aplicação das regras oficiais da Língua Portuguesa durante a elaboração e interpretação de textos e documentos jurídicos.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Orientar e transmitir conhecimentos teóricos e práticos visando a aprofundar e aprimorar o desenvolvimento da capacidade de produção e interpretação de textos jurídicos, atendendo à norma culta e com conhecimento das regras gramaticais que orientam a linguagem jurídica.

2.2 Objetivos Específicos

- identificar as normas de redação oficial relacionadas a documentos jurídicos em órgãos públicos;
- revisar as regras gramaticais essenciais a um bom texto, tais como pontuação, concordância, regência, crase e outros;
- identificar as principais alterações promovidas pelo novo acordo ortográfico;
- nomear expressões adequadas e normalizações relacionadas com a linguagem

jurídica;

- especificar as normalizações que orientam o texto jurídico (Lei Complementar n. 65, Decreto n. 4.176, Manuais de Redação);

- identificar o uso adequado de elementos normativos em referência e em transcrições diretas;

- revisar os principais documentos administrativos e de decisão judicial utilizados pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípios da Linguagem

A importância da linguagem na atividade jurídica

O vocabulário jurídico

Níveis de linguagem

Sentido denotativo e conotativo

A linguagem nos textos oficiais

Clareza

Concisão

Formalidade

Impessoalidade

Objetividade

Simplicidade

Uniformidade

Qualidades do texto

Vícios de linguagem

Linguagem Jurídica: normalizações e padronizações

Elementos normativos (Citação direta e indireta)

Requisitos da redação oficial

Pronomes de tratamento

Fechos nas comunicações oficiais

Data e numeração de documentos

Siglas, abreviaturas e símbolos

Citação e referência

Expressões Latinas

Maiúsculas e minúsculas

Numerais

Remissão a texto legal

Linguagem jurídica: expressões e vocabulário

Aspectos gramaticais

Novo acordo ortográfico

Crase

Regência verbal e nominal

Concordância verbal e nominal

Pontuação em textos jurídicos

Pronomes

Atos oficiais administrativos

Acórdão

Ata

Atestado

Ato Regulamentar

Certidão

Declaração

Despacho

Memorando

Mensagem Eletrônica

Ofício

Portaria

Relatório

Requerimento

Resolução

Sentenças

4 PÚBLICO-ALVO

O presente curso destina-se a servidores, ligados à produção e interpretação de textos jurídicos, e magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina, com preferência para aqueles que não participaram de nenhum curso de português oferecido pela Academia Judicial, na modalidade a distância.

5 MÉTODO EDUCACIONAL DE APRENDIZADO

O método de ensino e aprendizagem engloba as estratégias pedagógicas e todas as ações educacionais adotadas para promover o processo de construção do conhecimento e estimular o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos participantes.

Todas as atividades do **Curso de Português Avançado com Ênfase na Linguagem Jurídica** serão realizadas a partir da metodologia de educação a distância (EaD), conceituada, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, como uma *“modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.”*

Assim, a principal característica desse método educacional é a interação do aluno com o professor por intermédio de um ambiente virtual de aprendizagem, especialmente desenvolvido para o curso. Os trabalhos propostos para os referidos cursos serão realizados por meio dos recursos oferecidos pela plataforma *Moodle*, no ambiente virtual do Instituto Educere.

As aulas poderão ser acessadas pelo menu de navegação da página do treinamento a distância, para que o aluno possa estudar de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, dentro do período de realização preestabelecido para o curso. Para todas as aulas serão desenvolvidos recursos didáticos, com o objetivo de promover o aprendizado significativo do aluno, por meio de instrumentos variados: exemplos, exercícios de fixação, imagens para análise, entre outros.

Ao acessar a página do curso via *internet*, o participante terá disponível o material didático e a indicação das atividades a serem realizadas no tempo proposto. Diversas orientações sobre como proceder em cada etapa do curso com orientação do estudo de cada conteúdo serão realizadas no início das aulas.

Em todas as etapas, haverá a participação e o acompanhamento dos tutores, que serão os responsáveis por manter contato para esclarecer dúvidas, propor exercícios, estimular a participação dos alunos e resolver possíveis dificuldades.

6 MATERIAL DIDÁTICO

Além do conteúdo presente no ambiente virtual, o participante do curso receberá material didático impresso com sequência das aulas.

7 RECURSOS DIDÁTICOS

No ambiente virtual, o participante terá acesso aos seguintes recursos: agenda, fórum de dúvidas, enquete, guia do participante, apresentação, *webmail*, biblioteca, atividades e relatórios de participação.

8 LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

Ambiente virtual do Instituto Educere.

9 PERÍODO DE REALIZAÇÃO

O curso será realizado no período de **3 de outubro a 3 de novembro de 2011**.

10 CARGA HORÁRIA

40 horas/aula.

11 NÚMERO DE TURMAS

1 turma com 1.500 participantes.

12 INSCRIÇÕES

12.1 Data das Inscrições

O processo seletivo para o preenchimento das vagas será realizado no período de **12 a 16 de setembro de 2011**, ou até as vagas serem preenchidas.

12.2 Local de inscrição

As inscrições serão efetuadas pelos interessados diretamente na **página eletrônica** da Academia Judicial.

12.3 Validação das inscrições

Para o preenchimento das vagas, deverão ser observados os seguintes critérios de seleção:

- as vagas deverão ser preenchidas mediante processo seletivo *on-line*;
- terão preferência no preenchimento das vagas **magistrados e servidores que nunca tenham participado de nenhum curso de português oferecido pela Academia Judicial.**
- **não serão aceitas** as inscrições de magistrados e servidores que **já tenham participado dos cursos a distância de Português Avançado e de Português Jurídico, realizados em 2010 e maio de 2011**, salvo em caso de existirem vagas disponíveis, que não forem preenchidas pelos critérios de seleção.
- **serão aceitas inscrições apenas do público-alvo**, isto é, **magistrados e servidores**. O próprio sistema da Academia Judicial deverá bloquear a inscrição de

estagiários, residentes, bolsistas, terceirizados e de pessoas que não integrem o quadro de servidores do Poder Judiciário. As inscrições que não fizerem parte do público-alvo e que não forem filtradas pelo sistema, deverão ser excluídas manualmente.

- o servidor ou magistrado que iniciar o curso e, por vontade própria, sem motivo justificável, desistir do curso, deverá ressarcir ao erário no valor do curso, com desconto em folha de pagamento, aplicando-se o mesmo entendimento utilizado com as bolsas de estudo e de pós-graduação.

13 AVALIAÇÃO DO CURSO

Ao final do curso, os participantes serão avaliados pelo Instituto Educere por meio de **duas avaliações de aprendizagem**. A primeira será agendada para a metade do curso, com exigência do conteúdo até então estudado. A segunda será no final do curso, e contemplará todo o conteúdo estudado. A nota final será a média aritmética simples das duas avaliações, de zero a dez. Somente será considerado aprovado o participante que alcançar, no mínimo, média 7. As avaliações de aprendizagem serão realizadas no ambiente virtual de aprendizagem.

Os participantes realizarão, também, **uma avaliação de reação**, momento para expressar sua opinião acerca do material didático, conteúdo, ambiente de aprendizagem, participação, tutoria e suporte técnico. Esta avaliação será aplicada pelo próprio Instituto Educere, e será condição para a impressão do certificado digital.

14 FREQUÊNCIA

A frequência exigida para os cursos é de 75% de participação, avaliada de acordo com os registros de acesso no ambiente virtual de aprendizagem e na participação das atividades propostas ao longo do curso.



14.1 Da frequência insuficiente

Em caso de frequência insuficiente, o participante não receberá o certificado.

15 CERTIFICAÇÃO

O Instituto Educere será o responsável por repassar o relatório de aproveitamento dos participantes e indicar a relação dos aprovados, que terão direito a receber o certificado, a ser emitido e entregue pela empresa no formato digital.

16 DADOS DO PROFESSOR

Os participantes serão acompanhados ao longo do curso pelo **Professor Marcelo Paiva**, mestre em Linguística e pós-graduado em Português Jurídico e Direito Público. É autor de 36 livros sobre o uso adequado de nosso idioma em especializações relacionadas principalmente à atividade institucional. Ministra cursos e presta consultoria a diversos órgãos públicos: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Ministério Público da União, Polícia Federal, tribunais regionais, ministérios, CNC, Apex, ABDI, Correios, ANATEL, Caixa Econômica Federal etc.